

Universidade Estadual Paulista  
Faculdade Ciências e Letras  
Departamento de Economia

Projeto de iniciação científica<sup>1</sup>

Fluxo de investimentos e a reinserção do Brasil no mercado internacional:  
uma análise com base nos produtos agroindustriais.

Estudante: Márcio Paschoino Lupatini

Orientador: Prof. Dr. João Furtado

Araraquara, junho de 1999

---

<sup>1</sup>Este projeto, assim como o da bolsista FAPESP Silvia Angélica Domingues, possui dupla vinculação. Por um lado, está ligado à linha de pesquisa *Crise e Rumos da Reinscrção: Os Dilemas da Industrialização numa Fase de Transição Tecnológica*, em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos em Economia Industrial (GEEIN) do Departamento de Economia da UNESP. Por outro lado, as várias atividades que são realizadas conjuntamente com outros bolsistas, com recursos da FAPESP e do CNPq.

## 1. Objetivo

Este projeto de iniciação científica tem como objetivo analisar os fluxos comerciais do setor agroindustrial dos anos de 1989 e 1997, relacionando-os à origem do capital das suas empresas. Entende-se que estes fluxos são também um produto dos investimentos feitos no Brasil neste período, assim como das reestruturações que vêm ocorrendo. Estas transformações correspondem a uma etapa “fácil” (Bielschowsky, 1997) de reestruturação produtiva das empresas, refletindo-se na importação de insumos e na exportação de produtos com diferentes intensidades industriais e tecnológicas. O comércio intrafirma é, neste contexto, um aspecto relevante que compõe um quadro desfavorável da balança comercial brasileira, traduzindo uma diferenciação dos fluxos de importação e exportação internos às empresas.

Em termos da pesquisa do GEEIN, o projeto pretende dar continuidade ao trabalho iniciado em 1998 pelo projeto da bolsista FAPESP Silvia Angélica Domingues. Na fase inicial das atividades, ela desenvolveu conjuntamente com outros bolsistas do GEEIN uma amostra referente a um rol de 260 maiores empresas exportadoras e importadoras dos anos de 1989 e 1997. Posteriormente, definiu uma subamostra de empresas do setor agroindustrial. Na análise, o ano de 1989 delimita a abertura comercial enquanto o de 1997 aponta já os reflexos do Plano Real e uma nova inserção da indústria brasileira.

Através da identificação e análise dos fluxos de produtos com diferentes intensidades industriais e tecnológicas no comércio exterior e dos investimentos dessas empresas, identificando suas estratégias, poderemos verificar os impactos do setor agroindustrial não apenas na balança comercial, mas na reinserção da economia brasileira neste novo cenário.

## 2. Introdução e Justificativa

### 2.1. As mudanças estruturais da economia brasileira e do seu comércio exterior do pós-guerra a abertura no final dos anos 80<sup>2</sup>

A economia brasileira passou por significativas mudanças estruturais e ciclos de crescimento no pós-guerra. O crescimento do PIB pós-guerra foi superior a 7% a.a.. Entre 1945 e 1980 aumentou mais de 10 vezes, semelhante ao crescimento dos países mais dinâmicos e superior ao dos países capitalistas mais desenvolvidos. Esse rápido crescimento sob o comando do setor manufatureiro implicou em profundas mudanças sócio-econômicas. De fato este setor expandiu-se a uma taxa de 9% a.a. e entre 1949-70 o setor industrial manufatureiro (a indústria de transformação) elevou a sua participação na renda interna de 20,2% para 27,3%. Outros setores industriais como Construção Civil, Mineração e Serviços Industriais de Utilidade Pública tiveram um aumento considerável, saltando de 26,0% para 33,4%. O Plano de Metas e o II PND contribuíram enormemente para essas transformações.

Uma mudança estrutural marcante refere-se à participação dos setores no total exportado. Enquanto os produtos manufaturados passaram de 10,5% para 45% do total exportado entre 1968-80, a agricultura apresentou uma forte redução da participação. Esta tinha em 1949 peso de 25% da renda interna, e em 1979-80 apenas 13,2%. Uma

---

<sup>2</sup> Este item baseia-se largamente em Serra, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-guerra. In: Belluzo, L. G. de M. (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre crise*, vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1983.

contrapartida desta mudança estrutural está relacionada com a proporção da população economicamente ativa (PEA) nos setores. A PEA no setor secundário mais do que duplicou entre 1940 e 1980, elevando-se de 10,3% para 25,3% do total, enquanto a PEA agrícola teve um rápido declínio da participação total.

O Brasil passou também por uma reviravolta com relação ao setor externo. No fim dos anos 40 tinha uma posição credora em termos líquidos, enquanto no início da década de 80 acumulou uma dívida aproximadamente de 1/4 do PIB e a duas vezes e meia o valor das exportações.

O processo de industrialização brasileira, levando-se em consideração a política de substituição das importações, não pode ser separado da penetração das empresas transnacionais (ET), do capital privado e da participação do Estado, formando o tripé em que se baseou a industrialização brasileira em meados dos anos 50.

O Estado desempenhou um grande papel no impulso à industrialização através da definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimentos, e também da infra-estrutura e produção direta de insumos intermediários indispensáveis à industrialização pesada. Quanto às ET concentraram-se na indústria de transformação. Em 1970 estas já dominavam a produção de bens duráveis e na produção de bens de capital (FINEP, 1977; Tavares et outros, 1978).

Entre 1947 e 1980 houve ciclos de crescimento e desacelerações da economia, relacionadas tanto a fatores endógenos como exógenos. O auge do crescimento neste período ocorreu em dois subperíodos entre 1956-61 e 1967-73. Entre os anos de 1962-67 e 1973-80 a economia brasileira passou por desacelerações.

No primeiro ciclo de crescimento (1956-62), expansivo e principalmente de estruturação, responsável por grandes transformações estruturais na industrialização brasileira sobre o impulso do Plano de Metas, as mudanças estruturais tomaram a forma de uma rápida e intensa diferenciação industrial. Neste período instalaram-se as indústrias automobilísticas, de construção naval, material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos que proporcionaram uma ampliação do setor de bens de capital. Expandiram-se também as indústrias básicas como siderurgia, metais de não-ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose. O tecido industrial diversificou-se, as empresas estrangeiras elevaram a sua presença.

A desaceleração entre 1962-67 decorreu em grande parte dos fatores de natureza cíclica, devido ao esgotamento dos recursos de investimentos públicos e privados iniciados na segunda metade dos anos 50 e da contribuição da política de estabilização de preços do Plano Trienal (1963), de natureza contracionista (Serra, 1983, p. 80)

Durante O “Milagre” Econômico (1967-73) que a economia brasileira teve um crescimento inusitado, associado a uma acentuada abertura estrutural (aumento no coeficiente de importação) acompanhado a um grande crescimento nas exportações, mais modesto no caso das exportações agrícolas, um pouco superior das agro-industriais. Na fase de auge do ciclo, a indústria caracterizou-se pelas desproporções inter e intrassetoriais – atraso do crescimento da produção de bens de produção com relação ao setor de bens de consumo duráveis, não duráveis e à construção civil. Essa desproporção relaciona-se também ao acelerado crescimento das importações de bens intermediários e de capital, em proporção muito superior à produção industrial. Isso levou a focos de tensão inflacionária e a tendência a fortes déficits na conta comercial do balanço de pagamentos.

Além das desproporções, também a inflação mundial trouxe forte pressão sobre os preços no mercado doméstico, via importações e exportações de matérias-primas e alimentos. Com a crise do petróleo, os preços quadruplicaram e o balanço de pagamentos mostrou uma forte vulnerabilidade, agravada com os cortes de despesa de vários países importadores que, como o Brasil, tiveram um déficit comercial.

Após o milagre e a crise do petróleo, o II PND foi implementado com o intuito de solucionar os problemas que afetavam a economia brasileira, tendo como principal consequência, no âmbito das mudanças estruturais, o êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital. Mesmo o II PND perdendo ímpeto a partir de 1976, as “ondas” de investimentos derivadas desse plano implicaram num superávit comercial de 1983-84, aliviando o estrangulamento externo, para o qual contribuiu também a política contencionista do início dos anos 80. Após esse biênio superavitário, os anos subsequentes da década de 1980, com a exceção momentânea de meses do Plano Cruzado, a balança comercial encontrou-se em condição favorável, mas a economia permaneceu sujeita à instabilidade e sem perspectivas de crescimento sustentado.

Nos anos 80, a política industrial subordinou-se às prioridades da gestão macroeconômica, movida por restrições da crise do endividamento externo, geração de superávit comerciais, redução dos investimentos públicos e controle da inflação. Não obstante, ao longo desta década, os países mais industrializados da América Latina foram beneficiados pela expansão do comércio internacional, da valorização cambial e da realocação de atividades das multinacionais, aumentando as suas exportações de produtos industriais (Coutinho e Ferraz, 1994).

## 2.2. O Brasil e os fluxos de IDE nos decênios de 80 e 90<sup>3</sup>

No decorrer da década de 1980 o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) esteve colocado sob a ótica do investimento internacional cruzado pela tríade (Japão, EUA e Europa), e também dominado pela supremacia das aquisições/fusões sobre os investimentos criadores de novas capacidades (UNCTNC, 1991). A partir da segunda metade dos anos 80 o comércio mundial apresentou um crescimento com taxas elevadas, que entre 1991 e 1996 foi superior a duas vezes o crescimento do PIB mundial. Isso pode ser associado, entre outros fatores, à maior liberalização do comércio internacional, multilateral, com eliminação gradual de práticas protecionistas, mas também às novas estruturas das grandes empresas mundializadas, com fluxos de comércio intra-firma mais intensos.

Os países da OCDE concentraram mais de 80% desses investimentos neste período. A participação dos países em desenvolvimento diminuiu, no fim dos anos 1980, aos níveis mais baixos que se conhecem há décadas: apenas 18% dos fluxos de IDE entre 1987 e 1991. De 1991 a 1993, esses percentuais aumentaram, chegando a atingir aproximadamente 35%, mas são parcelas de um conjunto, em crescimento lento, cujo relativo crescimento deve-se à recessão nos países da OCDE e a uma momentânea desaceleração das aquisições/fusões. A concentração do IDE no interior dos países da OCDE é acompanhada por uma concentração igualmente elevada, dos investimentos nos países não pertencentes a OCDE. Essa tendência à marginalização dos países excluídos dos processos que comandam os IDEs, está igualmente ocorrendo no intercâmbio comercial (Chesnais, 1996).

Em contraposição ao investimento direto, as companhias utilizam crescentemente as novas formas de investimentos, que lhes garantem uma fração do capital e o direito de conhecer a conduta de outra companhia. Neste caso, o operador/parceiro estrangeiro não fornece nenhum aporte em capital, mas somente em ativos imateriais<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Este item está baseado principalmente em Chesnais, F. , *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, 1996.

<sup>4</sup> Os investimentos precursores desta forma participação das empresas multinacionais foram, no caso do Brasil, os do setor petroquímico, nos anos 70.

Os IDEs desencadearam um processo de abertura dos mercados nacionais e levaram à formação de oligopólios mundiais. Estes caracterizam-se não pela reação impessoal ao mercado, mas assumem a forma de resposta direta às outras companhias oligopolistas. Os oligopólios mundiais têm um “espaço de rivalidade”<sup>5</sup>, espaço este no sentido como “meio ideal”<sup>6</sup> pelas delimitações das relações de dependência do mercado mútuo, devido à concentração da produção, característica da chamada fase de mundialização e o mercado de empresas. Nisto, esta estrutura evidencia tanto o caráter de cooperação quanto de concorrência neste “espaço de rivalidade”. A abertura dos mercados nacionais levou os oligopólios nacionais a organizar a produção e explorar os diferenciais no custo da mão-de-obra no mundo ( Chesnais, 1996).

Neste contexto de mundialização, outro aspecto relevante são os custos de transação diante da informação imperfeita, que induz as companhias a organizar a internalização. Outras empresas são obrigadas a assumir os custos de transação, funcionando estes como barreira à entrada, que ajudam a explicar a extensão assumida pelas indústrias concentradas.

No entanto, o surgimento da teleinformática permitiu às grandes empresas gerenciar melhor as economias de custo de transação, obtidas pela integração, e reduzir os “custos burocráticos” associados à sua internacionalização. Essas novas tecnologias permitem às grandes estabelecer relações com outras empresas com um controle estrito sobre as operações, sem ter a necessidade de incorporá-las Isto dá origem às chamadas *empresas-rede* (Chesnais,1996).

A gestão computadorizada dos fluxos externos, isto é, entre as unidades das companhias, permitem que as principais coordenem seus terceirizados: uma rede de empresas especializadas. A “desverticalização” das grandes companhias em redes de empresas especializadas pode ser uma resposta às pressões econômicas e financeiras como um todo. Ela pode ser resultado da importância dos riscos de investimentos em P&D, nas imobilizações em alta tecnologia e em capital fixo. A empresa-rede apresenta-se, então, não como uma ruptura com as hierarquias e a internalização, mas antes como uma nova forma de organizar e de gerenciar essas hierarquias, bem como de maximizar as possibilidades de “internalizar” as “externalidades” proporcionadas pelo funcionamento em rede (Chesnais, 1996, p. 109).

A partir da abertura comercial no final da década de 80 e mais especificamente após o Plano Real, verificou-se uma nova “onda” de investimentos estrangeiros no país. Uma parte refere-se a investimentos sob a forma de *portfólio* atraídos pelas altas taxas de juros. Uma outra parcela é IDE do capital multinacional, destinado também a investimentos de tipo *green field*, mas principalmente a aquisições, fusões e associações. Em grande medida, estes investimentos foram induzidos pela rápida expansão do mercado consumidor (Laplane e Sarti, 1997). Este, numa fase de liberalização, opera com um elevado coeficiente de importações, vistas as facilidades que geralmente essas empresas mundializadas possuem em importar com custos favoráveis, com “desverticalização”.

Os ingressos líquidos de IDE na economia brasileira passaram, então, a financiar uma parcela significativa do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Em relação aos investimentos de empresas nacionais, nesta fase de reestruturação, elas perderam espaço, dadas as dificuldades de competir com a concorrência externa.

---

<sup>5</sup> Chesnais, F. , *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, 1996, p. 23.

<sup>6</sup> Idem anterior, p. 23.

### 2.3. Abertura comercial e Plano Real – reflexo sobre a economia brasileira no âmbito da competitividade internacional

No início dos anos 90 numa fase de liberalização e abertura, os países latino-americanos vêm implementando programas de estabilização sob a égide das instituições multinacionais (FMI e Banco Mundial). A estabilização é amplamente reconhecida como condição indispensável para uma estratégia de desenvolvimento competitivo. Vários países, incluindo o Brasil, procuraram se beneficiar das condições do mercado financeiro internacional para “lastrear” suas moedas e promover a estabilização.

Ajudada pela abertura comercial com valorização cambial, a estabilização de meados dos anos 90 rompeu com as tendências verificadas na década de 80 e promoveu ampliação do mercado interno e induziu os investimentos. A taxa de crescimento das exportações, muito inferior à das importações, provocou um forte déficit comercial<sup>7</sup>.

Este desequilíbrio na balança comercial tem sido financiado pelo aumento dos investimentos estrangeiros e pela crescente entrada de empréstimos de longo prazo. Após o Plano Real, a valorização cambial, com abertura comercial e altas taxas de juros, estabeleceu uma “armadilha” para o crescimento, devido à sua incompatibilidade com a rentabilidade do setor produtivo. Dessa maneira, mesmo o Plano Real – em junho de 1994, interrompendo a megainflação que prejudicava a alocação de recursos e restringia os investimentos, não provocou significativo crescimento no âmbito geral da economia brasileira.

O fluxo de IDE no início dos anos 90 esteve associado a um processo de racionalização e modernização da estrutura produtiva. A estagnação da produção e da demanda doméstica no início dos anos 90 camuflou alguns impactos das estratégias adotadas – elevação do conteúdo importado, terceirização das atividades produtivas, até porque os resultados de investimentos em modernização e racionalização não são imediatos, bem como os processos de inovação organizacional. A partir de 1994, os fluxos de IDE, além de mais volumosos, representam criação e expansão da capacidade produtiva para atender o mercado interno em expansão, estimulado da queda da inflação, pelo efeito renda real e pela reconstituição de mecanismo do crédito para o consumo (Laplane e Sarti, 1997).

Ricardo Bielschowsky caracteriza que o período do início do Plano Real até 1997 corresponde a uma etapa “fácil” do crescimento dos mercados. Os investimentos em modernização e racionalização e a viabilidade dos investimentos em modernização, caracterizados por alto rendimento, explicam-se por três motivos: a) obsolescência do parque produtivo instalado; b) pelo fato de que a modernização se fez sobre um parque produtivo que acabava de passar por intensa racionalização; c) pela queda acentuada nos preços por equipamentos, devido à abertura e à apreciação cambial. A etapa “difícil” seria aquela caracterizada por investimentos em expansão e em novos produtos. No comportamento tecnológico das empresas, a etapa “fácil” corresponde ao forte aumento da produtividade entre 1991-97, resultante principalmente de racionalização (1991-1994) e reposição de equipamentos (1994-1997). A etapa “difícil” corresponderia ao aumento de produtividade e competitividade através da introdução de inovações (Bielschowsky, 1997).

Após o Plano Real, a indústria brasileira apresenta fortes assimetrias setoriais. A análise mostra o predomínio os setores produtores de bens duráveis de consumo. No começo da década de 90, estes setores eram classificados com *deficiências competitivas*.

---

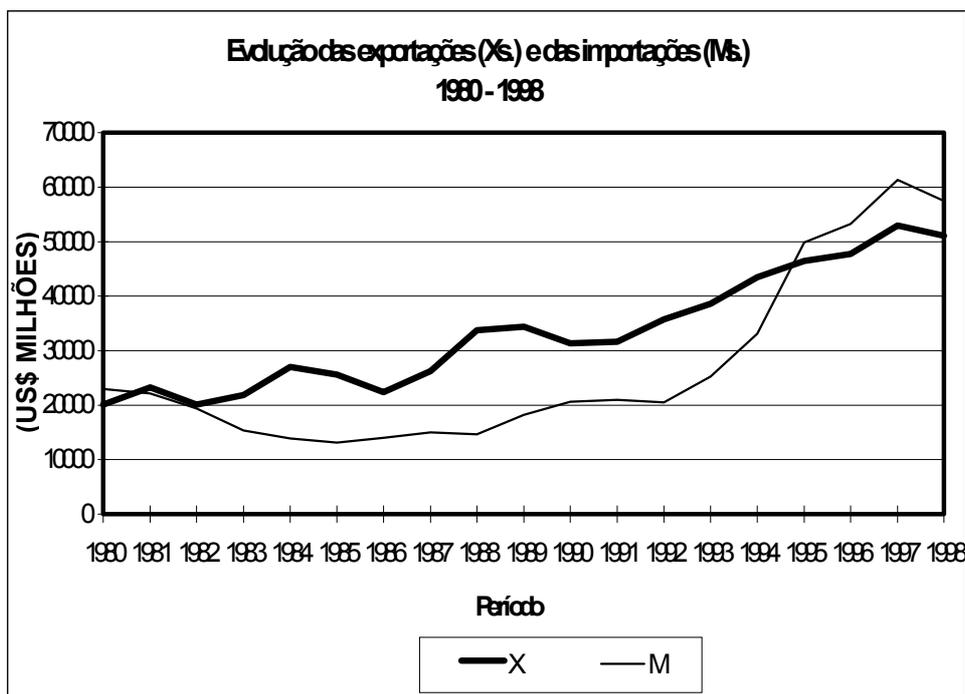
<sup>7</sup> Outro aspecto a ser observado no déficit comercial deve ao fato deste estar aumentando com relação aos países sede que controlam o capital das principais empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Esta é uma evidência importante que permite a possibilidade desse crescimento ser atribuído a um maior comércio intrafirma neste novo contexto de abertura e do Plano Real (Laplane e Sarti, 1997).

A partir de 1994, o efeito renda real, resultante da estabilização e da expansão do crédito para o consumo, promoveu a recuperação da atividade nesses setores.

Os setores de bens duráveis de consumo antes do Plano Real contavam com níveis elevados de capacidade ociosa. O aumento do mercado doméstico, conjuntamente com a abertura comercial e a necessidade de tornar a produção mais eficiente, fez com que aumentassem os investimentos realizados pelas Empresas Estrangeiras (EE) nesses setores. Em 1997 e 1998 as EE investem na construção de novas instalações e/ou na ampliação/modernização das existentes (Laplane e Sarti, 1997).

Para as empresas que seguem uma estratégia exportadora (exploração de recursos naturais), a integração vertical na direção dos setores usuários (“descomodificação”) é a via para aumentar o valor adicionado e a competitividade. Esse caminho também permite contornar os impactos da instabilidade típica dos mercados de commodities e, nas atuais condições macroeconômicas desfavoráveis, reduz os impactos da valorização cambial. Após o Plano Real, a apreciação cambial fez com que a taxa de crescimento das importações fosse muito superior à das exportações. Esse aspecto - taxa de câmbio favorável à importação - implicou em um grande aumento na entrada de bens de capital (como ilustrado no Gráfico 2) devido a busca de eficiência das empresas industriais tanto nacionais quanto estrangeiras. Este aumento é mais que proporcional ao aumento das exportações, gerando déficit em 1995. Ele contrasta com o desempenho da balança comercial superavitária ao longo da década de 80, com exceção de um curto período no ano do Plano Cruzado - Gráfico 1 (Laplane e Sarti, 1997).

**Gráfico 1**



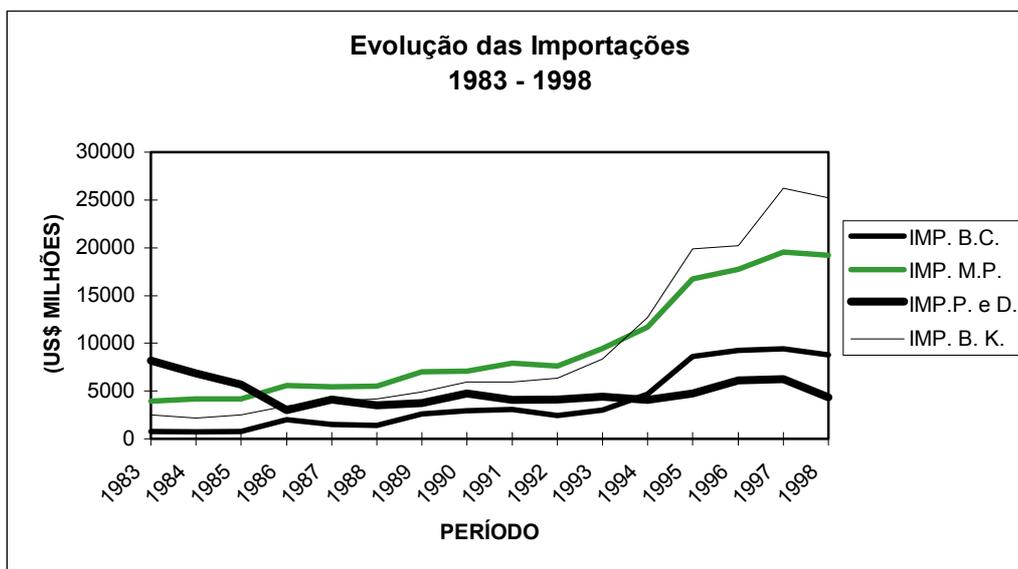
Fonte: elaboração própria através de vários volumes do Boletim do Banco Central.

Dentro deste contexto de déficit comercial e da elevação do coeficiente de importações de bens de capital, principalmente após o Plano Real, há um debate intenso entre os críticos e a posição oficial do governo. Coutinho, por exemplo, argumenta que essa política econômica de “abertura da economia brasileira com desproteção cambial tornou-se contraproducente, induzindo uma tendência à desindustrialização e à redução de valor agregado das atividades manufatureiras”(Coutinho, 1997). Mendonça de Barros

e Goidenstein, 1997, contra argumenta dizendo que as “ondas” de investimentos precisam de um tempo de maturação para promoverem a reestruturação industrial. Segundo estes autores, o câmbio sobrevalorizado faz com que as importações de bens de capital aumentem, reestruturando a indústria em geral, e não só nos setores produtores de commodities.

Em suma, Mendonça de Barros e Goidenstein respondem aos críticos dizendo que estes “baseiam-se em análise estática, projetando para o futuro dados do passado recente”. Para eles, como para Maurício Mesquita Moreira, os novos projetos serão mais eficientes e mais competitivos, gerando novas exportações. As conseqüências dessa política econômica, com câmbio sobrevalorizado, diz Coutinho, fizeram com que as decisões de investimentos se concentrassem nos setores produtores de commodities, bens intermediários e “a expansão da capacidade instalada em alguns desses setores competitivos produtores de commodities de baixo valor agregado, vem sendo retardada e/ou subdimensionada em função da compressão das respectivas margens de lucro resultante da apreciação cambial e do desempenho medíocre dos preços internacionais (o caso da celulose – papel é o mais evidente)” (Coutinho, 1997).

**Gráfico 2**



Fonte: elaboração própria através de vários volumes do Boletim do Banco Central.

Legenda: B. C.- Bens de consumo; B. K. – Bens de capital;

P. e D. – Petróleo e Derivados e M. P. – Matérias-primas.

#### 2.4. O comportamento do setor alimentício diante da abertura comercial e os efeitos do Plano Real.

A internacionalização das indústrias de alimentos tem dois canais básicos de expansão: o comércio de mercadorias, dominado por commodities, e os fluxos de investimentos direto estrangeiros, novos ou sob a forma de fusões e aquisições de empresas.

A aquisição de ativos intangíveis, como marcas, redes de fornecedores, distribuidores, é um fator-chave para o crescimento das empresas nesses setores. Neles, a dinâmica concorrencial é pautada por estratégias mercadológicas, em função da crescente segmentação do consumo e da sua diferenciação ao longo do tempo.

Com o Plano Real, os setores de bens de consumo não-duráveis foram, de um modo geral, beneficiados pela expansão da capacidade aquisitiva da população

decorrente do efeito renda deste Plano. Ele resultou num “boom” de consumo, repercutindo de maneira favorável sobre os investimentos. O setor de alimentos<sup>8</sup> como farmacêutica/higiene e artigos plásticos apresentam razoável atividade inversora pós-Plano Real (Bielschowsky, 1997).

A expansão dos investimentos deveu-se também a uma forte recuperação na rentabilidade setorial, propiciada pelo fato de que a ampliação do mercado permaneceu ainda com forte atração às empresas sediadas no país. Isso pode ser atribuído, em parte, à proteção contra importações resultantes dos custos de transporte, armazenagem e distribuição com diferenças na sua intensidade, dependendo de os produtos serem mais ou menos perecíveis e de alguma proteção cambial.

Adicionalmente, o setor de alimentos tem como fator competitivo os custos relacionados à rede e à logística de distribuição, sujeitos a elevadas economias de escala, e onde os “custos enraizados” das empresas com tradição no mercado funcionam como barreira à entrada de produtos importados.

**Tabela 1**

Investimentos Estrangeiros: Ramo e Destino

Rumo da Empresa Receptora	Nº Empresas	%
<b>Bebidas (A)</b>	<b>5</b>	<b>16,7</b>
Cerveja	2	6,7
Sucos Cítricos	2	6,7
Refrigerantes	1	3,3
<b>Alimentos (B)</b>	<b>25</b>	<b>83,3</b>
Laticínios	7	23,3
Doces, balas, biscoitos	4	13,3
Massas e pães	4	13,3
Moinhos	2	6,7
Óleos vegetais	2	6,7
Café solúvel	1	3,3
Chocolate	1	3,3
Conglomerados alimentícios	1	3,3
Açúcar e álcool	1	3,3
Outros	2	6,7
<b>Total (A+B)</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: KPMG e Balanço Anual da Gazeta Mercantil. Esta tabela foi retirada do texto de Rodrigues, R. I., *Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: Os Casos dos Ramos de Autopeças e de Alimentos/Bebidas em Meados dos Anos 90*, IPEA, Brasília, janeiro de 1999.

A ampliação de mercado atraiu as grandes empresas multinacionais, transformando o setor de alimento no grande *campeão* de fusões e aquisições nos anos recentes (Tabela 1). As novas empresas que entraram no mercado tenderam a evitar iniciar projetos, preferindo comprar ou associar-se às empresas locais, modernizá-las e ampliá-las. Esta estratégia das empresas do setor de alimento corresponde a uma etapa “fácil” de racionalização, modernização e reorganização das suas estruturas produtivas. É provável que o elevado custo da rede e da logística de distribuição seja parte da explicação por essa preferência (Bielschowsky, 1997).

Outro fator relevante em relação aos investimentos estrangeiros no Brasil refere-se à perda de dinamismo das vendas no setor alimentício nas economias centrais. A valorização cambial, em 1994, abriu novas alternativas para a compra de insumos e bens finais, contribuindo para a ampliação e reorganização dessas empresas mundializadas. No entanto há uma heterogeneidade dos diversos segmentos de atividade que compõem as indústrias de alimentos e esses impactos da abertura são diferenciados nas distintas cadeias produtivas. Para alguns segmentos da indústria processadora de alimentos há

<sup>8</sup> A análise deste projeto de iniciação científica terá como foco principal o setor de alimentos.

forte crescimento da utilização de insumos importados. Esse processo se manifesta desde o início da década de 90, intensificando-se após o Plano Real em 1994. Quanto à importação de bens finais, verifica-se uma tendência de crescimento de modo mais intenso após a apreciação cambial em 1994, principalmente as empresas estrangeiras, como complementação de suas linhas de produtos ofertados no mercado interno.

Comparando as *commodities* agropecuárias com os bens finais, mesmo com o aumento da concorrência, estes mostraram um aumento menor das compras externas em relação àqueles. Isso possibilitou a redução de custos e maior rentabilidade nos segmentos de alimentos industrializados.

As operações de fusões e aquisições são voltadas majoritariamente para o mercado interno no setor de alimentos, como mostra a inexpressiva inserção exportadora de bom número das empresas adquiridas. As exceções ficam por conta de empresas de segmentos tradicionalmente exportadores, como sucos cítricos, café solúvel e empresas no setor de *commodities* exportadoras de cereais.

### 3. Metodologia

A pesquisa buscará quantificar e analisar os fluxos comerciais dos segmentos agro-industriais, baseada em dados de comércio cuja fonte é a SECEX. Em continuidade à pesquisa realizada pela bolsista FAPESP já citada, este projeto fará a redefinição da amostra, buscando torná-la **mais representativa** da longa e heterogênea cadeia produtiva do setor agroindustrial.

Após esta etapa, far-se-á a identificação das novas empresas da amostra da propriedade do capital do principal acionista e o seu país de origem. Em seguida, formar-se-ão os grupos econômicos de cada empresa, analisando os fluxos de comércio dessas empresas e dos grupos no que se refere: a) cálculo do coeficiente do comércio intrafirma; b) intensidade industrial dos produtos, comparando exportações e importações.

A análise por empresa da amostra redefinida, e portanto **mais equilibrada**, tem como intuito identificar os reflexos dos fluxos comerciais do setor agroindustrial perante o novo contexto macroeconômico – abertura, Plano Real e novos investimentos responsáveis pela reestruturação produtiva pautada no contínuo crescimento das importações de bens de capital mais densos em termos industriais e tecnologicamente avançados. Isto significa levar em consideração o contexto de mundialização, pois nele se inserem as empresas nacionais e estrangeiras em relação aos seus processos de produção e investimentos, criando uma divisão de trabalho intra-firma e trans-fronteiras. A heterogeneidade da cadeia produtiva – de montante a jusante - do setor em análise, é outra característica significativa para esta análise: mesmo sendo este um setor líder no que se refere aos investimentos sob a forma de aquisições e fusões, possui diferentes intensidades de investimentos do começo da cadeia produtiva (*commodities*) até o final desta (bens finais, mais voltados para o mercado local, intensivos em publicidade e propaganda).

Adicionalmente, a análise referente aos investimentos decorrentes da abertura e sua intensificação com o Plano Real pode ser focalizada em duas partes. De um lado, os investimentos novos associados a um processo de modernização e ampliação da estrutura produtiva tendo como principal meta atender o crescimento do mercado interno. De outro lado, as transações internacionais principalmente de empresas mundializadas estrangeiras com estratégias de integração em redes globais de comércio. A análise destes investimentos será feita basicamente através de textos já publicados,

que abordam este assunto e do jornal Gazeta Mercantil, recuperado por meio eletrônico<sup>9</sup>.

Posteriormente proceder-se-á a uma análise do comércio em termos qualitativos via questionários e entrevistas a um número reduzido de empresas da amostra. Nesta fase serão observados os fluxos comerciais, levando em consideração as diferenças na intensidade industrial e tecnológica dos produtos. Estas diferenças deverão ser caracterizadas com a participação do orientador do projeto, como resultado de atividades que estão já sendo desenvolvidas.

A hipótese adotada foi de que os investimentos feitos no Brasil, nesta fase de reestruturação, correspondem basicamente a uma etapa “fácil”, apenas de modernização, racionalização e reorganização da estrutura produtiva das empresas. Isso reflete-se, em termos de fluxos comerciais, na importação de produtos com maior intensidade tecnológica e exportação de produtos com menor intensidade industrial. Os fluxos de comércio intrafirma agravam este quadro em relação à balança comercial brasileira, uma vez que produzem uma diferenciação dos fluxos de exportação e de importação que são influenciados pelas estratégias das empresas e só parcialmente refletem parâmetros de mercado ou os elementos preço e qualidade.

---

<sup>9</sup>A assinatura desta publicação, tão útil nesta pesquisa, foi obtida com os recursos do Projeto 98/15115-6, do GEEIN (As mudanças no padrão de comércio brasileiro sob estabilização e globalização: a inserção internacional e a reestruturação industrial com base numa amostra de grandes empresas).

#### 4. Descrição de atividades e cronograma

As principais atividades previstas estão resumidas no quadro abaixo.

Atividade	Descrição sucinta da atividade
1. Bibliografia selecionada	Bibliografia sobre comércio internacional e investimentos diretos estrangeiros, com o intuito de compreender os padrões de investimento e de produção das empresas estrangeiras nesta fase de globalização
2. Estudo dos padrões de investimento direto estrangeiro	Com base nas estatísticas oficiais e em textos que as analisaram
3. Estudo dos padrões de comércio internacional	Com base nas estatísticas oficiais e em textos que as analisaram
4. Estudo dos padrões reestruturação industrial	Com base nas estatísticas oficiais e em textos que as analisaram
5. Estudo de SPSS	Esta atividade é instrumental para manipular a base de dados da SECEX. O curso básico de SPSS foi realizado, juntamente com os bolsistas de 1998-9, em dezembro de 1998. O aprimoramento do desempenho demanda aperfeiçoamento nesta atividade.
6. Classificação das empresas segundo a origem do capital	Tendo como ponto de partida a subamostra agroindustrial das 260 empresas, já constituída, com base no Guia Interinvest e em fontes complementares, para as operações mais recentes, proceder-se-á à ampliação da amostra
7. Constituição dos grupos econômicos	A partir do Guia Interinvest e das informações da imprensa especializada (sobretudo a Gazeta Mercantil – base de dados eletrônica)
8. Classificação dos produtos	Com base nas classificações que estarão sendo produzidas pelo Grupo de Estudos em Economia Industrial
9. Acompanhamento e exame das estratégias das empresas	A partir de fontes bibliográficas, de material da imprensa especializada e dos relatórios anuais de atividades
10. Preparação de seminário de pesquisa	Atividade preparatória do Relatório de atividades e de participação em Congresso de Iniciação Científica da UNESP e outros
11. Participação em seminário de pesquisa	Seminários regulares do GEEIN, com vistas à análise e discussão das questões das pesquisas em curso
12. Elaboração de relatório de atividades	Relatório semestral e relatório final (anual)

No cronograma, indica-se o número médio de horas que serão dedicadas às diferentes atividades em cada mês da pesquisa. Consideramos o número médio de horas mensais de dedicação como sendo 80.

Atividades	meses												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Bibliografia selecionada	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
Estudo dos padrões de investimento direto estrangeiro	10	10	10	10									40
Estudo dos padrões de comércio internacional	10	10	10	10									40
Estudo dos padrões reestruturação industrial	10	10	10	10									40
Estudo de SPSS					10	10	10	10					40
Classificação das empresas segundo a origem do capital	15	15	10	10	10		5	5	5				75
Constituição dos grupos econômicos	15	15	10	10	10		5	5	5				75
Classificação dos produtos			10	10	10	10	10	10	20	20	20		120
Acompanhamento e exame das estratégias das empresas							30	30	30	40	10	10	150
Preparação de seminário de pesquisa					20	10					20	10	60
Participação em seminários de pesquisa	10	10	10	10	10		10	10	10	10	10		100
Elaboração de relatório de atividades						40					10	50	100
	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	960

## 5. Disponibilidade de recursos

O Grupo de Estudos em Economia Industrial conta com os recursos necessários ao desenvolvimento desta pesquisa de iniciação científica:

1. Experiência prévia em pesquisas de iniciação científica, antes mesmo de contar com um número maior de doutores;
2. Equipamentos e infraestrutura de pesquisa, incluindo os permitidos por auxílio financeiro da FAPESP;
3. Disponibilidade de informações e de material bibliográfico complementar. É necessário enfatizar a disponibilidade, sobretudo, das informações de base, fornecidas pela SECEX.

Estes elementos são de molde a permitir um adequado desenvolvimento das atividades de pesquisa do bolsista.

## 6. Referências Bibliográficas

BACEN, Boletim do Banco Central, diversos números.

BAUMANN, R. *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

BAUMANN, R., Uma avaliação das exportações intrafirma do Brasil: 1980 e 1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 23, n.3, 1993.

BIELSCHOWSKY, R. *Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-1997*, 1997.(mimeogr.).

- CAMARGO, M. J., *Globalização e comércio internacional: a evolução do comércio mundial de produtos agroindustriais*. Araraquara, 1998. (relatório pesquisa mimeogr).
- CASTRO, A.B. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: Velloso, J.P.R. *Brasil: desafios de um país em transformação*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.
- COUTINHO, L. e FERRAZ, J.C. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2ª edição, 1993.
- DELFIN NETTO, A. *Melhoramos piorando...*. Carta Capital, set. 1998.
- FARINA, E.M.M.Q. Mais aquisições na indústria brasileira de alimentos. In: *Informações Fipe*, número 211, abril de 1998.
- FAVERET FILHO, P., SIQUEIRA, S. R. G. E PAULA, S. H. L. *Agropecuária e Agroindústria*, BNDES.
- GOLDENSTEIN, L., MENDONÇA DE BARROS, J. R. Reestruturação industrial: três anos de debate. In: Velloso, J.P.R. *Brasil: desafios de um país em transformação*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.
- HIPPLE, F. S., The Measurement of international trade related to multinational companies. In: *The american economic review*, v.80, n.5, 1990.
- KRUGMAN, P., OBSTFELD, M. *Economia internacional – teoria e política*. São Paulo: Markron Books, 1999.
- LAPLANE, M.F., SARTI, F. *Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90*. Economia e Sociedade(Campinas), v.8, p. 143-81, 1997.
- LEITE, S. P. *Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1996)*. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- MARTINELLI, O. J. *As tendências recentes da indústria de alimentos: um estudo a partir das grandes empresas*. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- POSSAS, M. L. et al., *The Manaus Free Zone and the multinational exports from Brazil*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1986.
- RODRIGUES, R. I. *Empresas estrangeiras e fusões e aquisições: os casos dos ramos de autopeças e de alimentação/bebidas em meados dos anos 90*. Texto para discussão (Brasília), nº622, 1999.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: Belluzo, L. G. de M. (org) *Desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaios sobre crise*, São Paulo: Brasiliense, 1983, vol. 1.